N° 31

LEITURAS EM PAUTA

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO **ADI 7.416/MS**

8 DE SETEMBRO 2023

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



ADI 7.416/MS

Relator: Ministro ALEXANDRE DE MORAES

JULGAMENTO VIRTUAL: 08/09/2023 a 15/09/2023

Regras sobre repartição de competências: serviços de telecomunicações e internet em âmbito estadual



Análise sobre a constitucionalidade da Lei 5.885/2022 do Estado do Mato Grosso do Sul, que obriga as empresas prestadoras de serviços de internet móvel e de banda larga na modalidade pós-paga a apresentarem, na fatura mensal, informações sobre a entrega diária de velocidade de recebimento e envio de dados pela rede mundial de computadores.

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, consciente do seu papel informacional para o desenvolvimento e o aprimoramento dos saberes da Corte, lança o Leituras em Pauta, com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico sobre o tema do Processo Destaque que será julgado no Plenário Virtual, do Tribunal. Os interessados na leitura dos documentos que integram o estudo bibliográfico podem solicitar os artigos e capítulos de livros indicados à Biblioteca, por meio do e-mail biblioteca@stf.jus.br.

O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados assinadas e no banco de dados de gerenciamento de informações da Biblioteca.

Para pesquisar mais documentos sobre o assunto, acesse o CATÁLOGO online da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal por meio de consulta à página (http://www.stf.jus.br), opção Biblioteca / Consultas / Pesquisa ao Acervo. Essa pesquisa possibilita a busca no acervo das doze bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas, da qual o Supremo faz parte, recuperando referências bibliográficas de livros, folhetos, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, Ademir Coelho; BASTOS, Gustavo Henrique Caputo. Supremo Tribunal Federal interdita legislações estaduais sobre telecomunicações. **Revista de Direito das Comunicações**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 53-67, jul./dez. 2012. [966564] SEN STJ **(DIG)**

DUQUE, Marcelo Schenk. Comentário à ADI 6.893/ES, que destaca o enquadramento, em relação de consumo, da competência legislativa estadual apta a obrigar empresas prestadoras de serviço de internet a apresentar registro da velocidade efetivamente fornecida nas faturas mensais enviadas aos consumidores. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 31, n. 141, p. 461-478, maio/jun. 2022. [1220681] SEN STJ **STF**

DUQUE, Marcelo Schenk. Comentários à decisão do plenário virtual do Supremo Tribunal Federal proferida no julgamento da Ação direta de inconstitucionalidade 6.893 Espírito Santo. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 31, n. 140, p. 457-473, mar./abr. 2022. [1220025] SEN STJ **STF**

FÉRES, Marcelo Andrade. Da competência privativa da União para legislar sobre consumo de serviços de telecomunicações. **Consulex**: revista jurídica, Brasília, v. 9, n. 214, p. 57-60, dez. 2005; **Revista IOB de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 102-109, jan. 2006. [748143] SEN CAM CLD MJU STJ STM TCD TJD TST **STF (DIG)**

MENEZES, Daniel Francisco Nagao; AYRES, André Pessoa. Serviço público, atividade econômica, os regimes jurídicos e as formas de delegação estatal previstas na Lei geral de telecomunicações. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, Belo Horizonte, n. 44, p. 82-105, maio/ago. 2021. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/160606. Acesso em: 6 set. 2023. [1225439]

MOURÃO, Laís de Almeida. Telefonia celular. Instalação de antenas. Município. Competência. Inteligência do art. 181, § 2° da Constituição do Estado de São Paulo e do art. 30, II, da CF. **Boletim de Direito Municipal**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 26-27, jan. 2007. [786743] SEN CAM CLD STJ **STF**

OLIVEIRA, Marcelo Ribeiro de. Da competência absoluta da União para legislar sobre telecomunicações e a inadequação de leis locais sobre questões regulatórias. **L & C**: revista de administração pública e política, Brasília, v. 8, n. 79, p. 18-22, jan. 2005. [725671] SEN CAM STJ TCD TST **STF (DIG)**

PENA, Andre Garcia; ABDALLA JUNIOR, Humberto; PEREIRA FILHO, José Leite. A banda larga e o cenário brasileiro das telecomunicações. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 237-302 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RDET/article/view/21580/19896. Acesso em: 6 set. 2023. [1018697] SEN

RABELO FILHO, Antônio Reinaldo. A convergência de meios de telecomunicações e os possíveis conflitos de competência entre os entes políticos. **Revista Internacional de Direito Tributário**, Belo Horizonte, v. 8, p. 285-293, jul./dez. 2007. [833471] STJ

RIBEIRO, Cássio Lourenço. Competência regulatória da Presidência da República no setor brasileiro de telecomunicações: política regulatória, republicanismo e interesse público. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 173-196 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RDET/article/view/21578/19894. Acesso em: 6 set. 2023. [1018692] SEN

SCORSIM, Ericson Meister. Competência da Anatel para outorgar e fiscalizar os serviços de acesso à internet: limites e possibilidades. **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 449, p. 13, maio/jun./jul. 2013; **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo**, São Paulo, v. 3, n. 21, p. 201-220, nov./dez. 2015. Conteúdo: Anatel: características da agência reguladora do setor de telecomunicações. Serviço de conexão à internet: classificação normativa como serviço de valor adicionado ao serviço de telecomunicações, na forma da lei geral de telecomunicações. Princípio da neutralidade de rede: aspectos regulatórios, controle e fiscalização da Anatel sobre os serviços de conexão à internet. [1054897] STJ STM **STF (DIG)**

SCORSIM, Ericson Meister. Competência tributária municipal para a instituição de taxas de fiscalização em atividades inerentes ao setor de telecomunicações, cuja competência legislativa e para a exploração é exclusiva da União. *In*: CLÈVE, Clèmerson Merlin; KENICKE, Pedro Henrique Gallotti (coord.). **Teses jurídicas dos tribunais superiores**. Volume I, direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. V. 1, n. 2, p. 1151-1159. [1121555] STJ TJD **STF 340 T337 TJT**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação – SAE
Coordenadoria de Biblioteca – CBIB
Referência de Circulação

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
Célia de Sá Marques de Castro
Márcia Soares de Oliveira Vasconcelos
Solange de Oliveira Jacinto

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Flávia Carvalho Coelho Arlant

DIAGRAMAÇÃO
Cínthia Aryssa Okada

